



E S P E C I A L

Investir em Cabo Verde

PRIORIDADES PARA RECUPERAR DA CRISE

Cabo Verde está a recuperar da crise, com apostas bem definidas nas energias renováveis e na economia azul, na transformação digital e no capital humano, sem esquecer o turismo, o sector que continua a ter maior peso na economia. A transformação passa pela atração de investimento estrangeiro, que terá um papel fundamental a desempenhar.

ENTREVISTA

Ulisses Correia e Silva | Primeiro-ministro de Cabo Verde

“Queremos apostar forte para sermos mais resilientes”

País quer sair na crise apostando nas energias renováveis, na transição digital, na aquisição de competências, e no turismo. Conta com o investimento estrangeiro para o conseguir. ■ P2



ECONOMIA

De destino turístico a plataforma Atlântica ■ P4

JE TALKS

Acordo de cooperação cambial com Cabo Verde “devia ser revisto” ■ P5

Especial Investir em Cabo Verde

EDITORIAL

O papel da lusofonia na evolução de Cabo Verde



RICARDO SANTOS FERREIRA
Subdiretor
do Jornal Económico

Cabo Verde está a ultrapassar uma dupla crise, sofrendo o impacto da guerra provocada pela invasão russa da Ucrânia, quando ainda lida com os efeitos da pandemia de Covid-19, que levaram a economia a cair 14,8%, em 2020, a maior contração de sempre e uma das mais profundas do continente africano, muito devido à dependência que o arquipélago tem do sector do turismo, provavelmente o mais afetado pela crise.

O Governo não quer que isto volte a acontecer e o plano traçado para ganhar resiliência e diversificar a economia tem como principais eixos a aposta nas energias renováveis, a transição digital, a concretização da economia do mar e o investimento fundamental no capital humano.

Os objetivos são o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, especialmente a capacidade de gerar energia, para reduzir a dependência que o país tem do exterior, mas também aproveitar o posicionamento estratégico que o arquipélago tem, sendo ponto de amarração privilegiado de cabos submarinos de telecomunicações, e explorar todo o potencial do oceano. Também, através da educação e da formação, adquirir competências que permitam um reposicionamento que torne o país mais competitivo e capaz de atrair mais investimento.

São objetivos ambiciosos, mas que, se olharmos, são muito idênticos aos que estamos a definir para Portugal, quando procuramos rendibilizar e reforçar a aposta nas energias renováveis, aproveitar o posicionamento estratégico central, desenvolver a economia do mar e continuar a insistir no reforço de competências.

Isto quer dizer, também, que Portugal pode ter um papel a desempenhar no projeto de desenvolvimento de Cabo Verde, mas precisamos decidir, primeiro, que a lusofonia é, realmente, uma a ser aproveitada e, como tal, uma prioridade. ■

ENTREVISTA | ULISSES CORREIA E SILVA | Primeiro-ministro de Cabo Verde

“Queremos apostar forte para sermos mais resilientes e ter uma economia mais diversificada”

Cabo Verde quer sair na crise apostando nas energias renováveis, na transição digital e na aquisição de competências, sem esquecer o turismo. E conta com o investimento estrangeiro para o conseguir.

**RICARDO SANTOS FERREIRA
E JÉSSICA SOUSA**
rsferreira@jornaleconomico.pt

Cabo Verde está a combater a crise, mas com uma estratégia definida para o futuro, de aposta nas energias renováveis, na transformação digital e no capital humano. A transformação da economia passa pela atração de investimento estrangeiro, que terá um papel fundamental, como explica o primeiro-ministro de Cabo Verde, Ulisses Correia e Silva, em entrevista ao Jornal Económico.

A guerra na Ucrânia tem consequências para a economia cabo-verdiana, nomeadamente no aumento dos preços?

É evidente que tem impacto. A pandemia já estava a provocar pressões inflacionistas a nível mundial. A guerra na Ucrânia veio agravar substancialmente essas pressões, a nível do aumento dos preços dos combustíveis, dos cereais, materiais de construção civil, transportes e todos os bens e serviços dependentes de combustíveis. Sendo Cabo Verde um país com uma economia aberta e muito dependente de importações, os impactos dos choques de aumentos de preços internacionais que se registam com a guerra são brutais.

Esta situação obriga o Governo a rever os seus planos de desenvolvimento?

Obriga a reforçar e acelerar as políticas, medidas e investimentos para aumentar a resiliência do país, nomeadamente a transição energética e a viabilização de uma agricultura inteligente. Medidas de mitigação dos efeitos dos aumentos dos preços vão ser implementadas para evitar o colapso da atividade económica e do rendimento das famílias. Foi o que fizemos durante a pandemia e estamos a enfrentar um novo choque externo grave.

mos durante a pandemia e estamos a enfrentar um novo choque externo grave.

Realizou-se a cimeira entre Cabo Verde e Portugal. Quais foram as conclusões?

Assinámos um novo Programa Estratégico de Cooperação, com um pacote de 95 milhões de euros. Pretendemos elevar o patamar das relações, de parceria para aliança, na perspetiva de diálogo político e diplomático, estabilidade e segurança, cooperação institucional e para o desenvolvimento, relações económicas, elevação do nível de parceria especial com a União Europeia e abordagem a mercados externos, nomeadamente a CE-DEAO [Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental].



Os impactos [em Cabo Verde] dos choques de aumentos de preços internacionais que se registam com a guerra são brutais

E que balanço faz da última cimeira União Europeia-União Africana?

É um balanço positivo, porque a expectativas que foram lançadas relativamente à cimeira creio que foram refletidas no compromisso final. Primeiro, cria condições para que esta relação seja colocada num patamar superior ao que tem estado, manter uma atenção especial sobre a temática da paz, estabilidade e segurança, que é do interesse tanto de África como da Europa, e um pacote muito forte associado à iniciativa Global Gateway, com um financiamento de 150 mil milhões de euros que visa apoiar transformações estruturais das economias africanas.

Falamos do investimento na transição energética, que, no fundo, vai mudar o modelo económico que existe até agora muito centrado nas energias convencionais; a transformação digital, de forma a tornar o Estado e as empresas mais eficientes, melhorando também a oportunidade de investimento em todos os sectores de atividade, e as coletividades, nomeadamente, a nível do transporte, para que o acordo de livre comércio e o acordo relacionado com o espaço único aéreo seja concretizado, de facto. Sem sistemas eficientes de transportes, dificilmente teremos condições de ter mercadorias, pessoas e mobilidade a circular e a produzir de forma clara. Depois, um forte investimento nas pessoas, que é a área privilegiada também desse pacote. A educação, formação, o emprego e a saúde. Este é o grande desafio que vai depender muito dos países africanos e que vai exigir bons projetos e bons programas e que tenham impactos transformadores.

Como é que Cabo Verde se insere neste plano?

Para Cabo Verde, há uma convergência muito grande. Temos um





Cristina Bernardo

plano estratégico de desenvolvimento sustentável que visa atingir objetivos da sustentabilidade, através da redução da dependência de combustíveis fósseis. Somos um país que importa, basicamente, tudo aquilo que consome em termos de energia, ao mesmo tempo temos sol, vento e mar para transformar em energia. Estamos a investir fortemente na mobilidade elétrica para em 2040 atingirmos a meta de 100%. Atualmente, temos um nível de penetração na ordem dos 20% e queremos aumentar para mais de 50% até 2030. É uma prioridade e tem implicações económicas, na redução da fatura energética do país, e tem implicações ambientais.

Temos a transformação digital, que também faz parte da nossa intervenção estratégica, e a questão das conectividades; nós, sendo ilhas, a nossa prioridade é unificar o mercado nacional e melhorar a conectividade entre ilhas, com o resto do continente africano e o mundo, tanto a nível do transporte marítimo como do aéreo.

O desenvolvimento do capital humano é a nossa primeira prioridade e está convergente com o pacote da Global Gateway. A educação, a formação, o emprego e a saúde são fortemente orientados para os jovens. Estamos confortáveis relativamente a essas grandes prioridades, porque são convergentes com os objetivos de Cabo Verde.

É uma oportunidade para captar investimento?

Sim, e para promover o desenvolvimento do sector privado. Não será o Estado a fazer todo o investimento de transformação, mas este será feito através de empresas. Temos um sector privado que deve ser empoderado de modo a criar condições de atração de investimento. Nesta perspetiva, vemos esta grande oportunidade de um lançamento muito mais forte até num período pós-Covid.

Que fragilidades surgiram com a pandemia que podem ser ultrapassadas com a ajuda deste pacote financeiro?

Cabo Verde foi dos países mais afetados pela pandemia. Tivemos uma contração económica em 2020 de 14,8%, essencialmente devido à quebra do turismo. Conseguimos aguentar bem a proteção das empresas, do emprego, do rendimento e das famílias, mas a proteção sanitária foi um desafio. Neste momento, temos níveis elevados de vacinação – 85% da população tem pelo menos uma dose – e está a provocar a retoma do turismo de inverno [outubro-março], que tem estado com boa dinâmica. A ideia é, na fase pós-Covid, reforçarmos as condições de resiliência e reduzirmos as vulnerabilidades de um pequeno país como o nosso, que são grandes. E isso implica investimento na transformação estrutural. A energia vai-nos tornar mais resilientes, porque deixamos de estar dependentes de energias convencionais. Na agricultura, temos investido forte na dessalinização das águas, que

vai resolver o nosso problema ou mitigar os efeitos da seca. A nível da transformação digital, a aposta vai permitir o desenvolvimento do capital humano. Estas são áreas em que queremos apostar forte nesta fase de recuperação, com o objetivo de nos tornarmos mais resilientes e com uma economia mais diversificada.

Quando preveem atingir os níveis pré-pandemia?

Em 2021, deveremos fechar o ano com um crescimento [da economia] de 7%. Em 2022, prevemos 6%; se somarmos, já estaremos quase a atingir o nível da contração que tivemos em 2020. E com as condições criadas para termos mais condições de financiamento que vão sendo necessários para a retoma, poderemos perfeitamente sair desta pandemia mais fortes.

Atingir o nível pré-pandemia no início de 2023?

Sim.

Como pretendem dinamizar o sector do turismo?

Temos um programa dedicado ao turismo lançado há pouco tempo que é muito ambicioso – 200 milhões de euros até 2026 – que pretende apostar fortemente na desconcentração do turismo, para não ficar apenas em duas ilhas, Sal e Boavista.

Uma das ilhas que se posiciona fortemente para o desenvolvimento do turismo é São Vicente. Temos seis hotéis em construção, o que vai duplicar o número de camas disponíveis, e com alguns hotéis de referência, nomeadamente, um Sheraton. Vai criar condições para a ilha de São Vicente se tornar numa aposta forte.

Na ilha do Maio, temos um programa muito forte de investimento, que pretende tornar a ilha num destino turístico. Desta forma, iremos ter uma oferta diversificada e que não se irá focar só no sol e praia. Vai permitir também a concretização das aldeias rurais, que vai permitir desenvolver o turismo virado mais para o contacto com a natureza, experiências, turismo ligado ao desporto, à cultura. É um pacote de investimentos importante.

Têm programas específicos para atrair investimento?

Sim, temos um quadro de incentivos fiscais muito importantes. A nível da convenção de estabelecimentos é que definimos um quadro com cada investidor, de acordo com a dimensão e impacto do investimento. O quadro de incentivos é bom.

O quadro regulatório também é bom e a atração de investimento é do nosso interesse. Os hotéis em construção em São Vicente são investimento privado – investimento externo e investimento interno. A área do turismo é uma em que temos interesse em continuar a atrair investimento.

Além da pandemia, e da situação internacional, que outros riscos podem

comprometer a recuperação económica de Cabo Verde?

Temos o problema da dívida pública, que aumentou de expressão, também porque a contração económica faz com que a dívida disparasse, já que é [medida] em função do PIB [produto interno bruto]. Depois, temos encargos excecionais derivados da proteção, que nos levou a ter despesas adicionais. Temos uma dívida sustentada. Regrar a dívida é um dos grandes desafios, por isso é que estamos a trabalhar, com essa preocupação, com muitos países em situação idêntica, para que haja uma iniciativa de alívio de dívida, para podermos libertar esses recursos que estão afetos à dívida para investir em transformações estruturais. É uma das vertentes.

A aceleração da inflação é um fator que o preocupa?

Sim, preocupa-nos, essencialmente, por causa da inflação importada. É uma das consequências da crise pandémica, tem havido também a crise energética associada, que tem provocado um aumento de preços de certos produtos e tem impacto na economia cabo-verdiana. Porém, temos um nível de inflação controlada; estamos a falar de 2%, tem andado dentro dessa margem.

Com estes desafios, encara a possibilidade de voltar a recandidatar-se a primeiro-ministro, em 2026, ou à liderança do MPD, em 2023?

No momento certo conversaremos sobre isso.

Referiu o reforço do turismo, com uma maior abrangência. Para fazer isso, vai ter de resolver a questão do transporte. Estão a trabalhar nisso?

Sim e estamos. Conseguimos retomar a TACV [Transportes Aéreos de Cabo Verde], que vai entrar numa fase de consolidação. Estamos a trabalhar para introduzir um regime de sistema *low cost*, com um quadro regulatório de incentivos que possam justificar-se. Vamos concessionar a gestão dos aeroportos, para permitir um aumento de investimento, e esta concessão vai trazer mercado, porque ganham em função da aterragem e descolagem de voos.

Nos transportes aéreos [interilhas], temos uma empresa que já opera e vai introduzir novos aparelhos, mais adaptados para pequenos mercados, como as ilhas do Meio, São Nicolau, Boavista, de modo a permitir mais flexibilidade. É essa a aposta em que estamos focados. Particularmente a questão da concessão dos aeroportos pode dar um impulso grande, tal como aconteceu aqui em Portugal.

A reprivatização da TACV está a ser preparada?

Numa segunda fase iremos analisar novamente. Agora, tivemos que retomar a posição do Estado. Estamos a reestruturar a empresa e depois vamos criar condições para a privatização futura. ■

ECONOMIA

De destino turístico a plataforma atlântica

Cabo Verde procura a transição de uma economia assente no turismo para ser um polo entre África, Europa e as Américas, tendo por base a inovação e focado na sustentabilidade. Ambiente e pobreza permanecem ameaças.

JOÃO BARROS

jbarros@jornaleconomico.pt

Considerada uma das economias mais desenvolvidas na democracia mais saudável de África, Cabo Verde sofreu um forte impacto com a crise pandémica e o rombo que esta deu no turismo internacional, a principal fonte de receitas da pequena nação-arquipélago. O Governo lançou, no início deste ano, um programa de desenvolvimento sustentável que visa recuperar deste grande choque negativo a um país que quer agora retomar a rota do crescimento, ao mesmo tempo que aborda questões como a transição verde ou a erradicação da pobreza.

Em 2020, a pandemia de Covid-19 trouxe uma quebra numa série de quatro anos consecutivos com crescimento acima dos 3,5%, com o turismo internacional a quase desaparecer completamente, levando a uma retração de 14,8% do produto interno bruto (PIB) do país, segundo os dados do Fundo Monetário Internacional (FMI). Esta performance da economia relaciona-se com a subida expressiva da dívida pública, que se situava já nos 124,7% do PIB, em 2019, e disparou para os 158,1%, em 2020, estimando-se que tenha subido novamente, até aos 160,7% da riqueza criada, em 2021.

Este é um aspeto preocupante da economia cabo-verdiana, mas que é limitado pelo acesso do país aos mercados internacionais, pela longa maturidade média dos seus títulos de dívida e pelo acordo de cooperação ao nível do câmbio que mantém com Portugal, que protege o país de flutuações internacionais nas cotações do escudo local, referem a Fitch e a Coface.

Para este ano, a expectativa do FMI é de um crescimento económico de 6,4%, depois de uma recuperação de 4% no ano passado, com a Fitch a apontar para uma expansão 6,5% este ano, acelerando face aos 4,5% de 2021. A Standard & Poor's estima um crescimento de 5,5% em 2021 e de 4,1% este ano e no próximo.

Para este resultado muito terá de contribuir a recuperação do turismo, perante a estabilização da situação pandémica na Europa, o principal mercado emissor de turistas para Cabo Verde. Ao mesmo tempo, o país tem das mais elevadas taxas de vacinação de África – em entrevista ao Jornal Económico,

o primeiro-ministro, Ulisses Correia e Silva, diz que 85% da população tem pelo menos uma dose da vacina – o que deverá contribuir para aumentar a dinâmica deste sector nos próximos meses.

Para não depender só do turismo, Cabo Verde tem procurado afirmar-se como um ponto relevante no trânsito entre Europa, África e as Américas, dado o seu posicionamento estratégico. Juntamente com o turismo, o transporte aéreo representa cerca de 30% da economia cabo-verdiana, estima a S&P, sublinhando a importância destes sectores para o país. Importa, portanto, relevar que as perspetivas das agências de rating e do FMI passam por uma retoma dos níveis de passageiros registados em 2019 apenas em 2024, o que irá ter um impacto negativo nas perspetivas de médio-prazo.

PEDS II construído a olhar para o futuro

Para fazer face às dificuldades já existentes e às criadas pela pandemia, bem como planeando já a transição para uma economia assente em novas bases, o Governo de Cabo Verde apresentou o seu segundo Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2022-2026 (PEDS II), que traça as linhas orientadoras da transformação esperada na economia cabo-verdiana nos próximos anos.

No documento, identificam-se como prioridades o aumento das exportações, o reforço das preocupações ambientais

No PEDS II identificam-se como prioridades o aumento das exportações, o reforço das preocupações ambientais e da resistência às alterações climáticas, a segurança e a diminuição da dependência energética



iStock

nomias mundiais, como Brasil, China, África Austral ou as outras nações-arquipélago da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Internamente, além da modernização e maturação do turismo, o Governo pretende desenvolver áreas chave como a pesca, agricultura, silvicultura e pecuária, além da indústria transformadora de agropecuária, de forma a reduzir a dependência alimentar do país, que contribui significativamente para o défice da balança comercial que o país regista sistematicamente.

Por outro lado, a exposição do país às alterações climáticas e a sua geografia e pluviosidade irregulares tornam imperativo uma valorização do ambiente, sobretudo dos recursos hídricos, que cria também oportunidades de desenvolvimento e inovação nesta área.

A nível governativo, o PEDS II prevê reformas ao nível da regionalização, de instituições públicas como o Tribunal de Contas, a Procuradoria da República ou o Parlamento, dimensões críticas para o país manter o estatuto de democracia mais saudável de África, enquanto estimula o ambiente económico e de negócios, de forma a melhorar ao nível da liberdade económica.

Outros aspetos como o ordenamento do território, a educação ou a habitação relacionam-se fortemente com o combate à pobreza no país, seja através do acesso à rede de água potável, saneamento básico e iluminação pública, pelo elevador social que constitui a educação ou pela segurança e proteção que confere o acesso a uma habitação digna. Em sùmula, estes investimentos e reformas visam elevar o índice de desenvolvimento humano (IDH) do arquipélago de 0,648 em 2015 para 0,690 em 2021, o que veria Cabo Verde afirmar-se como o décimo país mais desenvolvido, segundo este indicador, do continente africano.

“Com o PEDS II mobilizaremos recursos e parcerias, cumpriremos o primeiro ciclo da Ambição 2030 e assim contribuiremos de forma definitiva para que Cabo Verde não falhe, mas antes cumpra com os objetivos de desenvolvimento sustentável”, acrescentou o vice-primeiro-ministro, além de ministro das Finanças e do Fomento Empresarial e ministro da Economia Digital, Olavo Correia. ■

passageiros diários em voos intercontinentais, aos quais se somam cerca de 100 voos por dia destinados à entrada ou saída de turistas do país. Este estatuto de plataforma seria também extensível ao comércio, inovação e economia digital, com o Governo a sublinhar a importância da captação de investimento direto estrangeiro (IDE) para a obtenção destes objetivos.

Assim, o PEDS II prevê o aprofundamento das relações comerciais com várias geografias e eco-

passageiros diários em voos intercontinentais, aos quais se somam cerca de 100 voos por dia destinados à entrada ou saída de turistas do país. Este estatuto de plataforma seria também extensível ao comércio, inovação e economia digital, com o Governo a sublinhar a importância da captação de investimento direto estrangeiro (IDE) para a obtenção destes objetivos.

Assim, o PEDS II prevê o aprofundamento das relações comerciais com várias geografias e eco-



Cristina Bernardo

JE TALKS

Acordo de cooperação cambial com Cabo Verde “devia ser revisto”

O acordo entre Portugal e Cabo Verde é “uma grande vantagem”, dizem especialistas, mas carece de revisão. A economia do arquipélago pode tremer com a instabilidade europeia.

JOÃO SANTOS COSTA
jcosta@jornaleconomico.pt

A economia de Cabo Verde beneficia de “uma grande vantagem, que é o acordo de cooperação cambial que celebrou com Portugal, e que depois alargou à Europa”, considera o professor de Economia, António Rebelo de Sousa, mas considera que “devia ser revisto” para alargar “a facilidade de crédito, que hoje em dia é de 45 milhões de euros”. O acordo em causa foi celebrado no final da década de 90.

António Rebelo de Sousa, que participou na JE Talks que teve como tema central o investimento em Cabo Verde, recordou o seu contributo, que considera “modesto”, para o acordo, e reconhece que a ligação da moeda cabo-verdiana ao euro é “vantajosa”, mas que as circunstâncias presentes causam alerta, “com as reservas cambiais líquidas existentes em Cabo Verde

que têm vindo a conhecer uma evolução desfavorável e com o desequilíbrio externo a agravar-se”.

“Era inteligente negociar algum reforço da facilidade de crédito”, que “até agora tem sido suficiente, mas numa conjuntura de guerra que se pode vir a agravar”, poderá não preencher as medidas, reforça.

O presidente do conselho de administração da Bolsa de Valores de Cabo Verde, Miguel Monteiro, pinta também um retrato agridoce do posicionamento externo da economia cabo-verdiana, invariavelmente afetada pela quebra no turismo, fruto de um cenário pandémico. O sector é responsável “por mais de 20% da economia”, clarifica.

Em 2020, o produto interno bruto (PIB) de Cabo Verde registou “a maior queda na sua história: menos 14,8%”, garante o líder da instituição. Contudo, além da inflação, que atingiu 1,9%, há indicadores que revelam oportunidades

para as empresas e para os investidores estrangeiros.

Um clima de negócios favorável

Segundo dados apresentados por Miguel Monteiro, em termos do quarto trimestre de 2021, o ritmo de crescimento económico do arquipélago “continuou a acelerar, tendo o indicador de conjuntura nas empresas apresentado o valor mais alto dos últimos sete trimestres consecutivos, o que revela um clima de negócios favorável”, garante.

Sobre estes números e do que eles adivinham para 2022, António Rebelo de Sousa crê que “as expectativas não poderão ser extremamente favoráveis” porque Cabo Verde depende “muito de variáveis exógenas, que por definição não podem ser controladas por nós”. Essas variáveis, segundo o economista, vão além da pandemia e podem até englobar a atual situação de guerra na Ucrânia. Sobre o

possível impacto que o conflito pode ter no interesse do investimento externo na economia cabo-verdiana, Rebelo de Sousa diz que depende “se se vai prolongar ou não”, mas garante que “vai afetar também Cabo Verde, porque vai afetar a economia europeia e Cabo Verde está muito dependente da evolução da situação económica na Europa”.

Potencial “incontestável”

Ainda assim, o docente reconhece “grandes potencialidades” no investimento em Cabo Verde e que isso é “incontestável” no caso do sector turístico. Além disso, diz que o interesse se pode estender aos sectores secundário e intermédios, onde há já “uma certa incorporação de tecnologia, porque a mão-de-obra em Cabo Verde, em comparação com outras economias africanas é bastante qualificada”, explica.

Refere ainda o posicionamento favorável de Cabo Verde, como sendo “uma economia com muitas virtudes”, desde logo por ter “good governance” e um histórico de consolidação democrática que considera de “raríssimo em África”. “Tem havido convivência pacífica entre a presidência e o governo, muitas vezes com presidentes que são de orientação política diferente da do partido do governo”, adianta. Além disso, para o economista, “é um país respeitado pelas instituições financeiras internacionais e não tem níveis elevados de corrupção, ao contrário do que acontece em muitos países africanos”. Repete, sem hesitar, que “Cabo Verde é o grande exemplo em África”.

Miguel Monteiro, por seu lado, alerta também que a instabilidade do palco internacional poderá agravar a inflação no arquipélago e que se podem antever “impactos extremos a atrasar um pouco esta recuperação”.

Contudo, a recuperação parece passar também por uma aproximação estratégica aos temas de sustentabilidade e ESG: Monteiro explica que a Bolsa de Valores de Cabo Verde está “a construir” uma plataforma de listagem e transação de títulos sustentáveis. “As *social bonds*, *blue bonds*, *green bonds*, *sustainability bonds*... Sabemos que em África há um conjunto de países que já fizeram emissões sustentáveis”, esclarece, “contudo, não existe um espaço dedicado exclusivamente a este tipo de instrumentos”.

O objetivo desta plataforma - que se chamará *Blue X* - é, de acordo com Miguel Monteiro, “servir não só a economia nacional, naturalmente, mas também servir pelo menos a sub-região numa primeira fase e, quiçá, toda a região africana”. Rebelo de Sousa garante que estes desenvolvimentos, associados às “grandes tradições democráticas” de Cabo Verde, revelam “um grande dinamismo por parte da população, que está empenhada no desenvolvimento do país”. ■ Com TGP

Reveja esta conversa na íntegra na JE TV, em jornaleconomico.pt

“Cabo Verde tem ‘good governance’, uma democracia consolidada e com alternância democrática, o que é raríssimo em África”, diz António Rebelo de Sousa

INVESTIMENTO ESTRANGEIRO

Governo define quatro sectores como prioritários

Turismo, economia azul, economia digital e energia são sectores prioritários para a captação de investimento estrangeiro. A estes, junta-se a aposta decisiva na educação e formação, para a aquisição de competências para a economia do futuro.

JÉSSICA SOUSA
jsousa@jornaleconomico.pt

O Governo de Cabo Verde definiu quatro sectores prioritários para o desenvolvimento do país e para os quais quer atrair investimento estrangeiro: o turismo, aquele que tem maior peso na economia cabo-verdiana; a economia azul, beneficiando da posição do arquipélago; a economia digital, potenciando o papel de ligação que o país tem entre diferentes continentes; e o da energia, em que a aposta é nas renováveis.

Para os investidores internacionais, as oportunidades no turismo estão nos projetos que reforcem a qualidade da oferta existente e que permitam que o sector se desenvolva em todas as ilhas e não só no Sal ou na Boa Vista. “Queremos um turismo que aumente a qualidade e abrangência, de modo a chegar a todas as ilhas”, afirma ao Jornal Económico (JE) o primeiro-ministro de Cabo Verde, Ulisses Correia e Silva.

Na economia azul, o arquipélago tem já uma zona económica especial marítima, criada em São Vicente, que o Governo pretende impulsionar. Quer, também, captar investimento para a atividade portuária, a reparação naval e, também, a pesca industrial.

O sector da energia está, também, identificado como uma das prioridades para atração de investimento estrangeiro, com o objetivo de desenvolvimento das energias renováveis, aproveitando os recursos naturais do arquipélago, que é totalmente dependente do exterior.

O Governo pretende que o investimento neste sector seja feito por privados, que entram no mercado através dos concursos de produção de energia que estão a ser lançados, considerando o executivo que o quadro regulatório para a atividade é atrativo. A produção caberá aos privados, enquanto o Estado gere a rede de transporte e distribuição. Algumas estão já a concurso e outras em preparação, mas a margem para desenvolvimento é grande, com as 10 ilhas a ambicionarem chegar a 2030 com

mais de 50% de energia renovável, isto numa altura em que a transição energética é cada vez mais uma prioridade para os estados.

Para captar investimento estrangeiro, Cabo Verde vai realizar, na próxima semana, de 24 a 26 de março, nas instalações da Feira Internacional de Cabo Verde, na cidade da Praia, uma Feira Internacional de Energias Renováveis e Eficiência Energética, fazendo desta uma “boa oportunidade” para o Governo promover o programa de transição energética e comunicar com todos os intervenientes do sector.

Economia digital como prioridades

Uma outra prioridade, com impacto transversal a todos os sectores, é o investimento na economia digital, não só através de um melhor aproveitamento da posição geográfica e das ligações de cabos submarinos que amarram no arquipélago, mas também na atração de investidores e nómadas digitais para o desenvolvimento de projetos e, ainda, na aquisição de competências pela população, que serão determinantes na melhoria dos serviços.

Para o Governo de Ulisses Correia e Silva, já não existem margens para dúvidas: a digitalização é o caminho a seguir e a aposta abre portas para a atração de investimento estrangeiro.

Os nómadas digitais estão a ganhar alguma relevância em Cabo Verde e o Governo preparou, mesmo, um conjunto de pacotes específicos para a atração deste tipo de profissionais, no sentido de também impulsionar o turismo. “Falamos de pessoas que pretendam ter um tempo de estadia longo e que gastam mais do que um turista normal”, refere fonte governamental ao JE. E se os nómadas digitais podem impulsionar o turismo, também podem potenciar a aposta na digitalização.

Recuperação dos transportes

Os transportes são também importantes e transversais a todos os sectores.

Para concretizar grande parte dos objetivos a que o Governo se pro-

põe, é necessário consolidar o papel da Transportes Aéreos de Cabo Verde (TACV), que viu agora a posição do Estado a ser reforçada e olha para a Angola como chave para impulsionar a operação a que voltou a “dar asas” em dezembro passado.

A companhia aérea de bandeira de Cabo Verde foi privatizada em 2019, com a venda de 51% do capital social a investidores islandeses, tendo passado a chamar-se Cabo Verde Airlines. Em 2021, o Governo cabo-verdiano renacionalizou a companhia, depois de os acionistas privados não conseguirem garantir as operações, devido ao impacto da pandemia. A transportadora escolheu a rota Praia-Lisboa para marcar o regresso,

uma ligação que pretende concretizar pelo menos duas vezes por semana, daqui em diante.

De acordo com os dados da Agência de Aviação Civil (AAC), que regula o sector em Cabo Verde, o movimento total de passageiros nos aeroportos de Cabo Verde aumentou quatro vezes em janeiro deste ano, face ao mesmo mês de 2021, para quase 149 mil. Já os aeroportos e aeródromos do arquipélago registaram em janeiro deste ano um movimento de 1.897 aeronaves em embarques e desembarques (aumento de 128,3% face ao mesmo mês de 2021), em voos internacionais e domésticos.

Quanto a ligações domésticas, a TACV anunciou que os voos semanais a partir de Mindelo e a ilha do Sal serão introduzidos ainda no decorrer do primeiro trimestre de 2022 e será ainda implementado um regime low cost de forma a adensar a procura.

Quanto à ‘joint-venture’ entre a TAAG – Linhas Aéreas de Angola e a TACV, algo já defendido entre os dois homólogos desde 2018, a possibilidade continua em cima da mesa, com o presidente angolano, João Lourenço, a argumentar ser necessário “aproveitar as capacidades de cada país”.

“Pensamos ir mais longe, constituir uma ‘joint-venture’ entre a TAAG e a TACV para, com aeronaves da TAAG, e tendo como base a cidade da Praia ou a cidade do Sal. A partir daqui, operarmos para várias capitais da região da África ocidental, conhecida como CEDEAO, e também dar continuidade não só para a Europa, como para os Estados Unidos da América”, afirmou João Lourenço durante uma visita de Estado, na semana passada, um otimismo partilhado pelo homólogo cabo-verdiano.

“Iniciámos esse processo de conversações e esperamos que possamos encontrar as melhores soluções”, afirmou o primeiro-ministro, Ulisses Correia e Silva.

Instabilidade como guerra

No entanto, a incerteza que se sentiu com a pandemia da Covid-19 poderá voltar a sentir-se por causa do agravamento do conflito armado na Ucrânia e afetar os planos do

“Devemos, também, no contexto atual, fatorizar o risco das tensões geopolíticas, nomeadamente a guerra na Ucrânia e suas consequências”, diz Óscar Santos





Governo, mesmo que o primeiro-ministro assegure que o principal efeito será a aceleração dos projetos já pensados (ver entrevista neste Especial).

O vice-primeiro-ministro e ministro das Finanças, Olavo Correia, não afasta um cenário de um Orçamento Retificativo em 2022, devido aos impactos na escalada internacional dos preços resultante da ofensiva militar russa na Ucrânia, mas admite que ainda é cedo para uma decisão. “O quadro é incerto, o quadro é volátil, o quadro é imprevisível”, afirmou o governante, em declarações Lusa, à margem da conferência “Serviços Financeiros Digitais Justos e Seguros”. “Temos de continuar a avaliar os impactos sobre a economia, sobre os cidadãos, o impacto sobre a evolução na dinâmica de crescimento da economia internacional e só em função dessa avaliação, um pouco mais à frente, é que nós podemos tomar uma decisão”, acrescentou.

A mesma preocupação foi espelhada pelo governador do Banco de Cabo Verde, que recordou que a economia nacional “vinha evoluindo favoravelmente no quarto trimestre de 2021”, com as “economias dos principais parceiros a prosseguirem com a sua trajetória de recuperação”, além de uma “contínua recuperação da atividade económica” no mesmo período, “ainda que mais modesta face ao terceiro trimestre” do ano.

“Devemos, também, no contexto atual, fatorizar o risco das tensões geopolíticas, nomeadamente a guerra na Ucrânia e suas consequências”, alertou. ■ *Com RSF*

Para captar investimento estrangeiro, Cabo Verde vai realizar, na próxima semana, de 24 a 26 de março, na cidade da Praia, uma Feira Internacional de Energias Renováveis

BLU-X
BOLSA DE VALORES DE CABO VERDE
DIVING INTO NEW OPPORTUNITIES

Diving into new opportunities
Acesse à Landing page da Blu-X

Scan Here

www.blu-x.bvc.cv

BOLSA DE VALORES CABO VERDE **PNUD**

Uma parceria entre a Bolsa de Valores de Cabo Verde, S.A. e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

O que é a Plataforma Blu-X?

Uma plataforma de listagem e negociação de títulos sustentáveis, através da qual projetos sustentáveis podem ser financiados por um vasto universo de investidores.

Através da plataforma serão transacionados novos produtos financeiros como: títulos azuis, verdes, sociais, sustentáveis, proporcionando aos investidores, oportunidades de investimento na sustentabilidade e no desenvolvimento inclusivo, a par do retorno financeiro.

A plataforma visa servir o mercado nacional, a grande região da África Ocidental e o mundo, bem como atrair novos participantes para o mercado sustentável que vão desde investidores de impacto, corretores de fundos, Pequenas e Médias Empresas, empresários e a Diáspora, tirando proveito da participação de Cabo Verde na CEDEAO, CPLP e do acesso privilegiado aos mercados dos EUA e EU.

BLU-X PLATFORM
DIVING INTO NEW OPPORTUNITIES

BLUE BONDS GREEN BONDS SOCIAL BONDS

01

Facebook Instagram LinkedIn

Bolsa de Valores de Cabo Verde

INVESTIMENTO

País alicia investidores com vistos ‘verdes’ e isenções

A atividade da nova Agência de Promoção de Investimento e Exportação de Cabo Verde tem sido essencial para a dinamização dos processos investimento e acesso aos benefícios fiscais e aduaneiros.

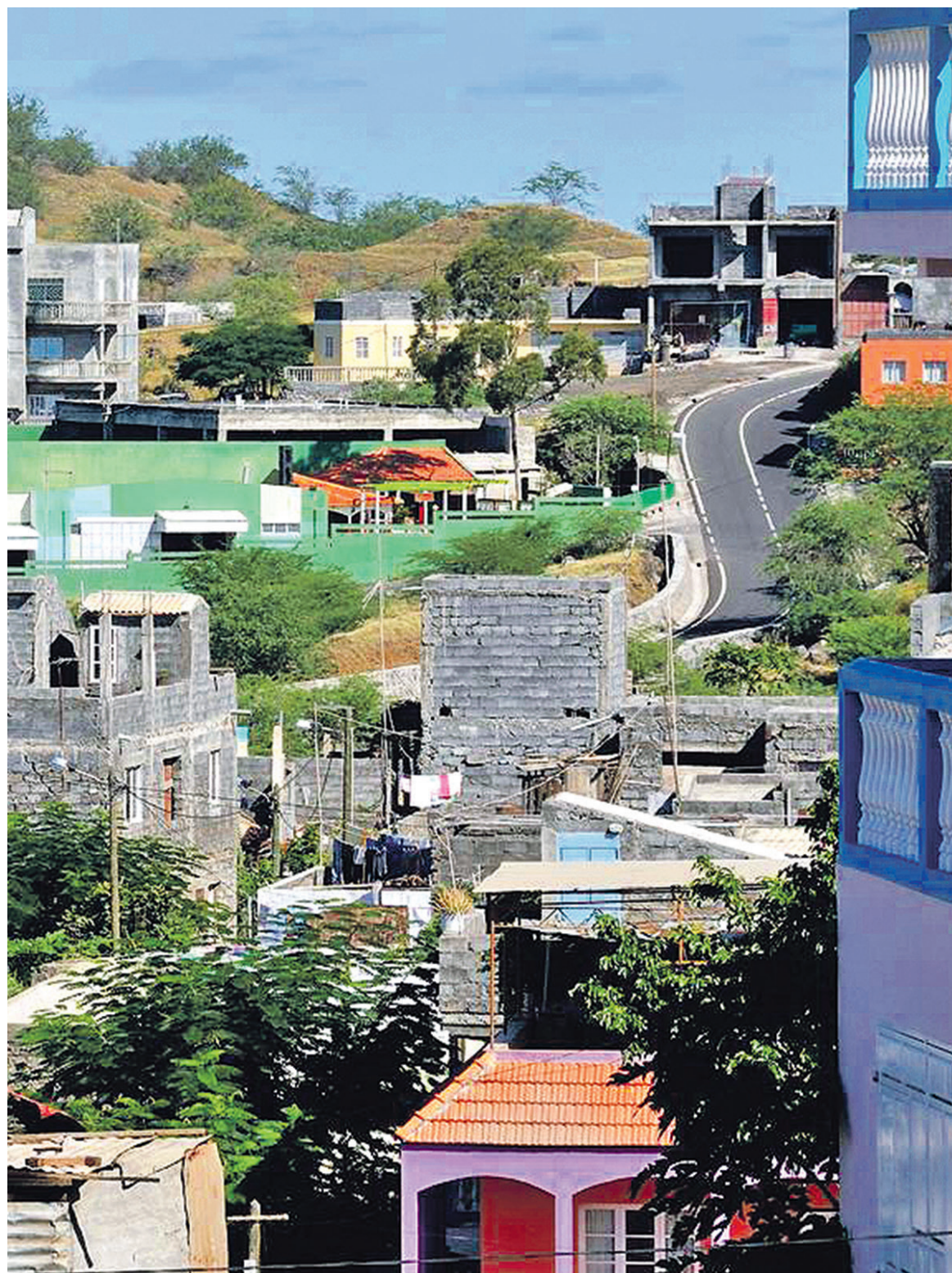
MARIANA BANDEIRA
mbandeira@jornaleconomico.pt

O imobiliário e o turismo são os principais sectores de investimento em Cabo Verde e este pequeno arquipélago insular tem procurado reforçar a sua competitividade e atração de cidadãos estrangeiros com instrumentos direcionados para estas duas áreas. Enquanto, na Europa, os eurodeputados exigem regras mais estritas para os vistos *gold* e o fim dos passaportes dourados, Cabo Verde acaba de lançar-se nestes mecanismos para piscar o olho a capital internacional.

Em dezembro, foram implementados os “Green Card”, vistos que dão o direito a autorização de residência permanente a quem comprar imóveis para segunda habitação no arquipélago, com investimento de, pelo menos, 80 mil euros ou 120 mil euros, dependendo do PIB do município onde se localiza. Com este “Cartão Verde” há ainda a possibilidade de isenção do Imposto Único sobre o Património (IUP) no ato de transmissão e isenção nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (CIRPS), caso se trate de um reformado.

Os investidores portugueses são, naturalmente, um dos alvos. Para o advogado Luís Borges Rodrigues, sócio da Miranda & Associados e coordenador do grupo de jurisdição de Cabo Verde, a relação entre os dois países tem sido “marcada por uma parceria estratégica privilegiada que se reflete na excelência das relações políticas e de cooperação conjunta para o desenvolvimento nas mais diversas áreas dos dois países”.

Em termos de acordos, destacam-se o Tratado de Amizade e Cooperação (que entrou em vigor em 2012), a Convenção sobre Segurança Social (2005), o Acordo Administrativo de Aplicação (2018), Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e Prevenir a Evasão Fiscal (2000), Acordo de Cooperação no Domínio da Indústria e Energia (1992) ou Acordo sobre Promoção e Proteção de Investimentos (1991). O mais recente é o novo Programa Estratégico de Cooperação 2022-2026, cujo intuito é fomentar as novas parcerias para o desenvolvimento sustentável, sobretudo em Cabo Verde.



“No mesmo sentido, o Governo português tem vindo a criar um conjunto de medidas de modo a dinamizar o investimento cabo-verdiano em Portugal e contribuir para uma melhor parceria com a União Europeia. Desde logo, a criação do ‘tratamento diferenciado’ atribuído aos empresários cabo-verdianos que passam a beneficiar de uma maior celeridade no processo de obtenção de vistos para Portugal e outros países do espaço Schengen, ultrapassando,

“Relação entre Portugal e Cabo Verde tem sido marcada por uma parceria estratégica privilegiada”, diz Luís Borges Rodrigues

assim, um dos principais constrangimentos dos empresários cabo-verdianos em termos de acesso ao investimento em Portugal”, exemplifica ao Jornal Económico (JE) o coautor da obra “Investimento Imobiliário e Turístico em Cabo Verde”.

Entre os apoios estão ainda o crédito fiscal por dedução à coleta do Imposto Único sobre o Rendimento (IUR), a isenção de Imposto de Selo ou benefícios aduaneiros, como o facto de a importação

de determinados bens (materiais de construção, equipamentos, máquinas, mobiliário...) beneficiarem, no primeiro ano, de uma taxa de 5% de direitos aduaneiros sempre que estejam ligados ao objeto principal do projeto de investimento. “Além dos acordos de cooperação celebrados entre Cabo Verde e Portugal, sendo Cabo Verde um país que necessita do investimento externo para conseguir desenvolver ao máximo as suas diversas áreas económicas, oferece diferentes incentivos e benefícios fiscais e aduaneiros aos investimentos estrangeiros”, afirmam ao JE Vera Querido, *managing partner* da VPQ Advogados, e Júnia Luiza Delgado, consultora da Moraes Leitão.

Nos bastidores, a dar o empurrão, está a Cabo Verde TradeInvest, a nova Agência de Promoção de Investimento e Exportação de Cabo Verde, que tem um Balcão Único de Investidor onde deverão ser entregues os documentos necessários ao financiamento de projetos em Cabo Verde – no valor mínimo de 50 milhões de escudos cabo-verdianos (cerca de 450 mil euros).

Ainda assim, Vera Querido e Júnia Luiza Delgado antevêm um impacto negativo da guerra nestas dez ilhas, devido à escalada dos preços das matérias-primas, mas garantem que será “atenuado” e deixam no ar a hipótese de os mais afortunados verem neste “oásis” uma alternativa viável. “Com a retração na Europa e aumento da energia e gás, é previsível um impacto na capacidade de investimento dos cidadãos e empresas europeias, que deixam de poder, em larga escala, investir em Cabo Verde ou qualquer outro país. Por outro lado, pode-se perfeitamente prever um cenário tendencialmente positivo, em que operadores mais ousados e economicamente mais sólidos, optem por um oásis de maior tranquilidade para os seus bons clientes do Ocidente”, argumentam.

A opinião é partilhada por Luís Borges Rodrigues, que considera uma opção segura ao investimento estrangeiro, pela estabilidade política e social. “Acresce ainda, a possibilidade de uma repercussão positiva no sector do turismo, demarcada pela crescente procura do país como um destino turístico seguro, em alternativa aos destinos que poderão estar mais afetados pelo conflito na Europa”, conclui. ■

O Jornal Económico não mudou, transformou-se.

Descubra a melhor forma
de estar informado
em jornaleconomico.pt



O conhecimento transforma.

FÓRUM

Turismo é sector-chave para impulsionar retoma em Cabo Verde

Apesar das várias oportunidades de investimento existentes no arquipélago, os especialistas ouvidos pelo JE deixam clara a necessidade de reforçar a aposta na retoma do turismo por ser crucial para a economia do país.

1. Quais são os principais sectores económicos em Cabo Verde que podem impulsionar a retoma num período pós-Covid
2. O pacote de 150 mil milhões de euros assinado em Bruxelas entre a União Europeia e a União Africana, pode servir de oportunidade para Cabo Verde?



ÓSCAR SANTOS
Governador
do Banco de Cabo Verde

1. Desde logo, o sector incontornável é o turismo. Além de se constituir como um dos motores do crescimento, agrega um conjunto de outros sectores, desde os transportes a outros serviços e atividades conexas. Havendo uma retoma efetiva, poderá impulsionar e alavancar o período pós-Covid. Sendo também o sector mais afetado a nível mundial, num cenário de normalização, poderá beneficiar-se de forma mais acelerada. Devemos, também, no contexto atual de fatorizar o risco das tensões geopolíticas, nomeadamente a guerra na Ucrânia e suas consequências. O sector de serviços assume-se igualmente como preponderante, dadas as sinergias e cadeias de valor associadas. Havendo arranque de projetos de investimento externo, o sector da construção poderá beneficiar-se, considerando estarem a apresentar alguns sinais de estagnação e incertezas.

2. A disponibilidade de recursos sempre constitui oportunidades. Devemos atentar ao facto de na presente conjuntura haver alguma temporização nos investimentos com reflexos no arranque de novos projetos. A avaliação de risco em cenários de incerteza elevada é sempre mais ponderada. Se avaliarmos apenas pelo montante em si, apesar de constituir um pacote substancial, o efeito será tanto maior quanto mais claro forem os mecanismos para aceder a estes fundos e dependerá de algum critério de rateio. Os montantes médios dos projetos em Cabo Verde, comparativamente a outros países em África são díspares e muitas vezes podem não nos beneficiar no computo geral, contudo constitui sim uma oportunidade a ser explorada. Aqui, um importante ativo intangível do país consubstanciado na estabilidade política, social e a credibilidade internacional teriam um papel relevante na atração de investimento para Cabo Verde.



EDNEY CABRAL
Administrador executivo
da Bolsa de Valores de Cabo Verde

1. Os impactos da Covid -19 em Cabo Verde foram sentidos em todos os sectores de atividade tendo maiores reflexos no sector do Turismo originado pela paralisação do fluxo turístico numa fase inicial da pandemia e pela redução do IDE no sector (atraso ou cancelamento de projetos de investimento). A lição retirada é a necessidade de diversificação da economia como forma de mitigar a excessiva dependência de receitas provenientes do Turismo. Entretanto, esta diversificação deve ser objeto de análise aprofundada visto que a retoma que se necessita é imediata e a diversificação pressupõe revisitarmos as prioridades estratégicas. Paradoxalmente, no meu entender, não obstante o fluxo de turismo ao nível do ano de 2019 não ser alcançável neste ano e provavelmente nem no próximo ano, a retoma deve ser ancorada, também, no sector turístico pelo facto de existirem bases consolidadas implementadas ao longo dos últimos anos, pelo efeito de "arrastamento" de outros sectores importantes da economia nacional, e pelo facto do Turismo ter sido ao longo dos anos um dos principais motores do crescimento País - responsável por um número significativo de empregos e melhoria das condições de vida dos caboverdianos. Tendo em conta que medidas tomadas pelo Governo e Banco de Cabo Verde sobre o sector financeiro incluíram incentivos fortes como: moratórias e linhas de crédito e garantia para ajudar a reduzir o risco de falência das empresas e perdas de postos de trabalho, deve-se dar uma especial atenção ao sector no sentido das instituições financeiras: Gerirem o possível aumento dos créditos em incumprimento com o fim dos incentivos; Massificarem o estímulo do crédito ao sector privado e melhorarem o ecossistema de financiamento. Outros sectores como a construção e atividades ligadas à economia azul, energias renováveis, produção de soluções digitais e inovadoras para serviços públicos serão cruciais para impulsionar a retoma num período pós-covid.

2. Segundo informações recolhidas, o pacote de 150 mil milhões de euros será aplicado para acelerar a transição verde, promover a transformação digital, apostar no crescimento sustentável e trabalho digno, fortalecer os sistemas de saúde e melhorar os níveis de educação e formação. São áreas consideradas prioritárias na agenda do Governo e constam dos principais documentos estratégicos do País. Cabo Verde tem grandes desafios pela frente, mas pelo facto de ter estabilidade política e social, ambiente legal e normativo com alguma maturidade registando instituições sólidas e independentes, permitem que o País tenha boas possibilidades de atrair investimentos em novos projetos que poderão ter dimensão para servir não só o mercado doméstico, mas também o mercado da CEDEAO.



EURICO CORREIA MONTEIRO
Embaixador
de Cabo Verde em Portugal

1. Uma resposta honesta e realista obriga a apontar logo à partida o sector do turismo, por aquilo que tem sido e por aquilo que pode vir a ser no futuro. Mas sobretudo porque Cabo Verde tem tudo para dar certo neste domínio: clima, sol, praias, montanhas, diversidade paisagística, riqueza cultural, paz, tranquilidade, segurança e estabilidade. E neste tempo ainda de pandemia oferece segurança sanitária, com políticas e uma razoável rede de saúde pública. Em 2019 Cabo Verde já tinha ultrapassado 820.000 turistas, numa população residente de 500.000 aproximadamente. O turismo já representava quase 23% do PIB! O inverno deste ano de 2022 tem sido já de muita procura. Mas Cabo Verde ambiciona mais, quer diversificar as ofertas turísticas, com o turismo de montanha para várias ilhas, como Fogo, Santo Antão e Brava, por exemplo, mas também para S. Nicolau e interior da Ilha de Santiago. A oferta cultural da ilha de São Vicente (a ilha de ilustres artistas da música cabo-verdiana e dentre eles a Cesária Évora, o Bana, Luís Morais e Manuel de Novas), para além das suas características naturais, oferece grandes oportunidades para o turismo de eventos e para o turismo cultural em geral. Mesmo o

turismo de praia pode expandir-se muito mais, especialmente a ilha do Maio, São Vicente e o concelho do Tarrafal na Ilha de Santiago! Vários empreendimentos significativos estão em curso! A área da economia marítima também representa uma grande oportunidade de negócios, a partir do que está programado, especialmente para a ilha de São Vicente: Uma zona marítima especial, com um estatuto próprio e um conjunto de incentivos para receber uma vasta gama de empreendimentos; um hub logístico do Atlântico - um terminal de transbordo de contentores, construção, reparação e manutenção naval, bunkering e handling portuário, construção e gestão de um novo porto de águas profundas, terminal de cruzeiros, indústria pesqueira e criação de um Parque Científico e Tecnológico do mar e das pescas. Alguns desses empreendimentos já estão em execução (como a criação da Zona marítima Especial). Cabo Verde está inserido num grande espaço económico - a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), que integra 15 estados, dentre os quais se destacam países como Nigéria, Costa de Marfim Senegal e que alberga cerca de 350 milhões de habitantes. As empresas portuguesas podem internacionalizar-se para o mercado da CEDEAO a partir de Cabo Verde, beneficiando, assim do acesso preferencial que esse mercado oferece. E isso é uma realidade, empresas de cidadãos portugueses têm participado e vencido concursos em alguns países da CEDEAO, a partir de Cabo Verde, ainda que em escala muito reduzida. Aqui está também uma grande oportunidade.

2. Trata-se de um passo de enorme importância para o continente africano e para o meu país Cabo Verde, pois que são fundos destinados a financiar energia verde, valorização de recursos naturais, conectividade digital, corredores de transporte estratégicos, infraestruturas, juventude, educação e saúde. Áreas vitais para a África de uma forma geral e especialmente importante para Cabo Verde: energia verde, transformação digital, infraestruturas, saúde e educação são claras apostas do meu país ao longo de vários anos! E o aproveitamento depende da capacidade de apresentação de bons projetos que são executados na sua esmagadora maioria por empresas privadas, com conhecimento e experiência no setor. Conceção e execução de projetos

de investimento que se alinhem com os enunciados do programa: maior acesso à eletricidade através da expansão das redes elétricas regionais e o desenvolvimento da capacidade de hidrogénio, maior acesso à internet através de cabos submarinos ligando a Europa e África e cabos terrestres através das regiões de África; a construção de corredores estratégicos de transporte através do continente para aumentar a mobilidade e desenvolver as cadeias de abastecimento continentais; fortalecimento da rede pública de saúde, com aposta na capacitação, nas tecnologias e numa rede fiável de infraestruturas de suporte; a promoção da vocação técnica e da formação educacional e no empreendedorismo juvenil. O programa casa perfeitamente com a visão de Cabo Verde para o futuro. Por isso vai apostar fortemente no máximo aproveitamento dos recursos disponíveis nessa instância. Trata-se efetivamente de uma grande oportunidade.



VERA QUERIDO
Managing partner
da VPQ Advogados



ALCIDIO NASCIMENTO LOPES
Presidente do Conselho
de Administração da ENAPOR –
Portos de Cabo Verde



JÚNIA LUIZA DELGADO
Consultora
da Morais Leitão

1. Há que se enfatizar a aposta nas energias renováveis que tem vindo a crescer e ser uma das principais prioridades do Governo, o que faz com que os grandes problemas atuais concernentes ao aumento do preço do petróleo possam vir a ser ultrapassados. Nesta senda, o Governo deu início à desburocratização dos procedimentos aplicáveis aos investidores, o que torna espectável que Cabo Verde, ao depender cada vez menos de combustíveis fósseis e tendo um processo de investimento mais simplificado, esteja na mira de investidores que se sentem atraídos em investir no arquipélago.

No momento, existe um projeto piloto para a ilha da Brava, que consiste na implementação de um sistema híbrido solar fotovoltaico e eólico de dois MW ligado à rede, que irá receber oito milhões de dólares para fornecer 100% em soluções de energia renovável para esta ilha. O projeto vai evitar 4,665 toneladas de CO₂ por ano. Pretende-se que tal projeto seja expandido para todas as ilhas e que até 2040 100% da energia utilizada seja renovável, incluindo a mobilidade elétrica.

Outra medida adotada pelo Governo no plano das energias renováveis tem de ver com o incentivo dado à importação de carros elétricos, bem como a isenção fiscal sobre o IVA para importação de equipamentos para recarga de baterias para veículos elétricos, prevendo substituir até 2050 todos os veículos equipados com motores térmicos para veículos elétricos.

País apetitoso para os investidores que queiram fazer uso das energias renováveis e respeitar os tratados internacionais do meio ambiente.

Assim, Cabo Verde é um país que continua em constante desenvolvimento, havendo diversas áreas em que qualquer investidor interessado pode apostar, quais sejam, os transportes inter-ilhas, a dessalinização, o turismo, dentre outros, considerando a existência de incentivos fiscais e os tantos outros pontos positivos já acima mencionados.

1. Sem dúvida o turismo, porque tem sido o motor do crescimento económico de Cabo Verde. Foi o sector mais afectado, mas é também o mais preparado para retomar com maior rapidez impulsionado pela vontade dos viajantes em recuperarem o tempo perdido. A retoma deste sector já é visível nos portos através do segmento de cruzeiros onde este ano já prevemos receber nas diversas ilhas cerca de 170 escalas. Sectores como aqueles ligados ao mar e a construção poderão ser os outros grandes impulsionadores. Tendo em conta a nossa natureza arquipelágica, entendemos que investimentos com vista a melhoria da conectividade das redes de transporte marítimo e aéreo serão prioritários para o objectivo de alavancar a economia no período pós-Covid.

2. O pacote de investimentos se implementado deverá impulsionar significativamente sim e se aplicado em infraestruturas, e áreas ligadas à educação, implusionando economias mais diversificadas, inclusivas, sustentáveis e resilientes. No caso de Cabo Verde deverá atrair investidores externos que de facto têm apostado em Cabo Verde com projectos importantes e de montantes significativos. O sector portuário cabo-verdeano, devido ao programa de reestruturação, deverá ser um dos pólos de atração de investimentos nos próximos anos, principalmente nos domínios priorizados no pacote como sendo transportes, transformação digital, transição energética e ecológica. A integração económica regional e continental, em particular por meio da Zona de Comércio Livre Continental Africana, com os investimento previstos poderá melhorar o clima empresarial e de investimento, permitindo atrair investimentos ao país.

OPINIÃO

Green Bonds em Cabo Verde



Filipa Almeida
Associada Sénior e membro da
ESGimpact+ Team da Miranda
Alliance



Vasco Grilate Ferreira
Associado Júnior e membro da
ESGimpact+ Team da Miranda
Alliance

Com as obrigações de redução de emissões com vista à mitigação de riscos climáticos, o papel dos mercados financeiros será fundamental para fomentar a transição económica através da disponibilização de instrumentos e produtos financeiros sustentáveis.

Um dos mecanismos financeiros típicos no âmbito da sustentabilidade são os chamados *green bonds* que não são mais do que instrumentos representativos de dívida, que podem ser emitidos por entidades públicas ou privadas e que, tal como as obrigações ditas “clássicas”, conferem ao seu titular um direito de crédito face à entidade emitente. A particularidade deste tipo de produto financeiro é que o capital investido tem de ser obrigatoriamente aplicado para fins específicos, nomeadamente, para o desenvolvimento de projetos sustentáveis ou cujo intuito seja a obtenção de benefícios de cariz ambiental ou climática.

Cabo Verde tem acompanhado de perto as tendências e desenvolvimentos internacionais nesta matéria, encetando esforços vários para a promoção de investimentos sustentáveis. Neste sentido, uma das iniciativas mais recentes foi a aprovação do Regulamento n.º 1/2021, de 20 de julho, pela Auditoria-Geral do Mercado de Valores Mobiliários de Cabo Verde (AGVM), que regula a emissão de títulos verdes (*green bonds*).

Este diploma, que está alinhado com o padrão de certificação Climate Bonds Standard e os Princípios para a emissão de *green bonds* da International

Capital Market Association, estabelece os princípios normativos para a criação e desenvolvimento deste modelo de financiamento, fornecendo um guia de boas práticas para investidores e emitentes, estando a emissão em si sujeita às regras previstas no Código do Mercado de Valores Mobiliários.

O regime aprovado pretende, ainda, salvaguardar a) as regras de mercado através da promoção do financiamento sustentável, e do investimento em ativos com credenciais ambientais e/ou sociais sólidos; b) a integridade do mercado, fornecendo transparência aos investidores e evitando o *greenwashing*; e c) a padronização, identificando regras claras para reduzir custos de transação, gerar maiores volumes e facilitar a criação de escala.

Note-se, ainda, que enquanto os títulos verdes estiverem em circulação, e sempre que possível, deverá ser publicado um relatório de impacto anual ou no final do prazo do título, o qual deve incluir nomeadamente: a) o impacto esperado dos projetos e ativos; b) os indicadores qualitativos de desempenho e, quando possível, métricas quantitativas que permitam avaliar o impacto dos projetos; e c) a divulgação da metodologia e premissas utilizadas para preparar indicadores e métricas de desempenho. A AGVM pode emitir, em linha com as melhores práticas internacionais, modelos de relatório e referências para a mediação deste impacto.

Cabo Verde prova mais uma vez que é uma das nações africanas que está na vanguarda, apostando também na regulamentação do investimento sustentável com vista a criar soluções para potenciais investidores e entidades públicas ou privadas empenhadas em garantir a sustentabilidade do planeta. ■



Cabo Verde prova mais uma vez que é uma das nações africanas que está na vanguarda, apostando também na regulamentação do investimento sustentável

Conferência

 **O Jornal Económico**

Desafios da Transição Digital

25 março | 09h00

 Palácio Sotto Mayor, Av. Fontes Pereira de Melo, Lisboa

PROGRAMA PROVISÓRIO

09h00 Nota de boas-vindas por **Filipe Alves**, Diretor do Jornal Económico

09h05 Intervenção de abertura por Sua Excelência,
o Ministro de Estado, da Economia e Transição Digital, **Pedro Siza Vieira***

09h30 Keynote speaker: **Miguel Fernandes**, Consulting Partner PwC

10h00 **CRISE DAS CADEIAS LOGÍSTICAS
E ESCASSEZ DE SEMICONDUTORES:
QUAL O IMPACTO NAS EMPRESAS PORTUGUESAS?**

Moderação: Filipe Alves, Diretor do Jornal Económico

Luís Miguel Silveira, Professor do IST

Miguel Fernandes, Consulting Partner da PwC

Hélder Pedro, Secretário-geral da ACAP

11h00 Coffee Break

11h15 **OS DESAFIOS DA TRANSIÇÃO DIGITAL
VISTOS PELAS EMPRESAS**

Moderação: Nuno Vinha, subdiretor do Jornal Económico

Armindo Monteiro, vice-presidente da CIP

Marco Galinha, Presidente do Grupo BEL

Vanda de Jesus, Executive Director da Portugal Digital

António Nogueira Leite, Economista e Chairman da Hipoges

12h15 Encerramento

**(Sujeito a confirmação)*

Acompanhe em direto na plataforma multimédia JE TV, em www.jornaleconomico.pt

Apoio:

